

Sumário

Nota do Autor	xix
Nota do Autor à 3ª Edição	xxiii
Capítulo I - Sujeitos e Partes do Processo. A Comunicação dos Atos Processuais ao Acusado. Inatividade Processual. Do Assistente da Acusação.....	1
1. Sujeitos Processuais e a Problemática em Torno da (In)Existência de Partes no Processo Penal.....	1
2. Do Acusado. Citação, Notificação e Intimação Como Manifestações do Direito Fundamental ao Contraditório e à Ampla Defesa. Ausência Processual e Inadequação da Categoria “Revelia”	6
2.1. A Comunicação dos Atos Processuais como Manifestação do Contraditório e da Ampla Defesa	7
2.2. A Citação do Acusado. Garantia do Prazo Razoável. Requisitos e Espécies. Citação por Carta Precatória e Rogatória. Citação do Militar, do Servidor Público e do Réu Preso.....	9
2.2.1. Concessão ao Acusado do Tempo e dos Meios Adequados para a Preparação de sua Defesa	10
2.3. Citação Real e Ficta (Edital)	14
2.4. Citação com Hora Certa	16
2.5. (Re)Definindo Categorias. Inatividade Processual Real e Ficta do Réu. Ausência e Não-Comparecimento (réu não encontrado).....	18
2.6. Aplicação do Art. 366 do CPP	19
2.6.1. Não-Comparecimento. Suspensão do Processo e da Prescrição. Problemática.....	19
2.6.1.1. Aplicação Literal do Art. 366. Suspendendo o Processo e a Prescrição por Tempo Indeterminado. Recurso Cabível	21
2.6.1.2. Crítica à Suspensão Indefinida da Prescrição. Da Inconstitucionalidade à Ineficácia da Pena. O Esquecimento: Ameaçador, mas Necessário. A Prescrição como Direito ao Esquecimento Programado	23
2.6.1.3. Em Busca do Limite à Suspensão da Prescrição. As Diferentes Posições Teóricas e a Súmula 415 do STJ.....	25
2.6.2. A (In)justificável Exclusão de Incidência do Art. 366 do CPP na Lei nº 9.613/98.....	29
2.6.3. Não-Comparecimento. Prisão Preventiva. Produção Antecipada de Provas	30
2.7. Aplicação do Art. 367 do CPP. Ausência. A “Condução Coercitiva” do art. 260 do CPP. Exigência de Ordem Judicial Fundamentada.....	32
2.8. Inadequação da Categoria “Revelia” no Processo Penal.....	34
2.9. Notificação e Intimação do Acusado. Contagem de Prazos	36
3. Assistente da Acusação.....	38
3.1. Natureza Jurídica. Legitimidade, Capacidade e Interesse Processual. Pode o Assistente Recorrer para Buscar Aumento de Pena? Crítica à Figura do Assistente da Acusação.....	38

3.2. Corréu Não Pode Ser Assistente. Risco de Tumulto e Manipulação Processual	44
3.3. Momento de Ingresso do Assistente. Iniciativa Probatória. Pode o Assistente Arrolar Testemunhas?.....	45
3.4. Assistente Habilitado e Não-Habilitado. Recursos que Pode Interpor. Prazo Recursal	47
Capítulo II - Prisões Cautelares e Liberdade Provisória: A (In)eficácia da Presunção de Inocência	51
1. Presunção de Inocência e Prisões Cautelares: A Difícil Coexistência	51
2. Teoria das Prisões Cautelares	52
2.1. <i>Fumus Boni Iuris</i> e <i>Periculum in Mora</i> ? A Impropriedade desses Termos. Categorias do Processo Penal: <i>Fumus Commisssi Delicti</i> e <i>Periculum Libertatis</i>	52
2.2. Medidas Cautelares e Não Processo Cautelar	54
2.3. Inexistência de um Poder Geral de Cautela. Ilegalidade das Medidas Cautelares Atípicas.....	55
2.4. Principiologia das Prisões Cautelares	58
2.4.1. Jurisdicionalidade	58
2.4.2. Provisionalidade	59
2.4.4. Excepcionalidade	64
2.4.5. Proporcionalidade	65
3. Da Prisão em Flagrante. Medida de Natureza Pré-Cautelar. Análise das Espécies, Requisitos e Defeitos. Garantias Processuais e Constitucionais.....	67
3.1. Por que a Prisão em Flagrante não Pode, Por Si Só, Manter Alguém Preso? Compreendendo sua Pré-Cautelaridade. Alcance do Art. 310, Parágrafo Único, do CPP.....	67
3.2. Espécies de Flagrante. Análise do Art. 302 do CPP.....	71
3.3. Flagrante em Crime Permanente. A Problemática do Flagrante nos Crimes Habituais.....	76
3.4. (I)Legalidade dos Flagrantes Forjado, Provocado, Preparado, Esperado e Protelado (ou Diferido). Conceitos e Distingões. Prisão em Flagrante e Crimes de Ação Penal de Iniciativa Privada e Pública Condicionada à Apresentação	78
3.5. Síntese do Procedimento. Atos que Compõem o Auto de Prisão em Flagrante	83
3.6. Garantias Constitucionais e Legalidade da Prisão em Flagrante. Análise do Art. 306 do CPP	85
3.7. A Decisão Judicial Sobre o Auto de Prisão em Flagrante. Aspectos Formais e Análise da Necessidade da Decretação da Prisão Preventiva	87
3.8. Refletindo sobre a Necessidade do Processo Ainda que Exista Prisão em Flagrante: Contaminação da Evidência, Alucinação e Ilusão de Certeza	90
3.9. A Relação de Prejudicialidade entre a Apresentação Espontânea (Art. 317) e a Prisão em Flagrante. Crimes Culposos de Trânsito – Art. 301 da Lei nº 9.503/97	93
4. Da Prisão Preventiva. Do Senso Comum à Crítica Morfológica e Análise dos Defeitos Fisiológicos.....	94
4.1. Recordando os Princípios que Permitem a Difícil Coexistência entre Prisão Preventiva e Presunção de Inocência	94



4.2. Momentos da Prisão Preventiva. Quem Pode Postular seu Decreto. Ilegalidade da Prisão Preventiva Decretada de Ofício. Violação do Sistema Acusatório e da Garantia da Imparcialidade do Julgador	97
4.3. Requisito da Prisão Preventiva: <i>Fumus Commisssi Delicti</i> . Juízo de Probabilidade de Tipicidade, Ilicitude e Culpabilidade	100
4.4. Fundamento da Prisão Preventiva: <i>Periculum Libertatis</i> . Análise Partir do Senso Comum Doutrinário e Jurisprudencial.....	104
4.5. Análise dos Arts. 313 e 314 do CPP. Casos em que a Prisão Preventiva Pode ou Não ser Decretada.....	107
4.6. Análise Crítica do <i>Periculum Libertatis</i> . Resistindo à Banalização do Mal. Controle Judicial da (Substantial) Inconstitucionalidade da Prisão para Garantia da Ordem Pública e da Ordem Econômica. Defeito Genético	110
4.7. Prisão Para Garantia da Ordem Pública. O Falacioso Argumento da “Credibilidade (ou Fragilidade?) das Instituições”. Risco de Reiteração. Crítica: Exercício de Vidência. Contraponto: Aceitação no Direito Comparado.....	116
4.8. Desconstruindo o Paradigma da (Cruel) Necessidade, Forjado pelo Pensamento Liberal Clássico. Alternativas à Prisão por “Conveniência da Instrução Criminal” e para o “Risco para Aplicação da Lei Penal”	120
4.9. Crítica ao Sistema Cautelar Brasileiro. Defeito e Limitação Morfológica. Imprescindibilidade do Pluralismo Cautelar para Fugir da Patologia dos Extremos	126
4.10. Decretação ou Manutenção da Prisão Preventiva quando da Sentença Penal Condenatória Recorrível	128
4.11. Análise da Manutenção ou Decretação da Prisão Preventiva no Momento da Pronúncia	133
4.12. Prisão Preventiva e Recursos Especial e/ou Extraordinário. Inexistência de Prisão Obrigatória. Ausência de “Efeito Suspensivo” e a Inadequada Transmissão de Categorias do Processo Civil.....	134
5. Da Prisão Temporária	138
5.1. Duração da Prisão Temporária. Prazo com Sanção.....	140
5.2. Especificidade do Caráter Cautelar. Análise do <i>Fumus Commisssi Delicti e do Periculum Libertatis</i> . Crítica à “Imprescindibilidade para as Investigações Policiais”	142
6. Prisão Especial. Especificidades da Forma de Cumprimento da Prisão Cautelar. Inexistência de Prisão Administrativa. Prisão Civil.....	145
7. Liberdade Provisória. Limitações e Paradoxos do Sistema Brasileiro. Imprescritibilidade Processual do (Atual) Regime Jurídico da Fiança.....	149
7.1. Definindo as Categorias: Relaxamento, Revogação da Prisão Cautelar e Concessão da Liberdade Provisória	151
7.2. Liberdade Provisória sem Fiança. Regimes Jurídicos. A Importância do Art. 310, Parágrafo Único, do CPP.....	153
7.3. Liberdade Provisória com Fiança. Ineficácia Gerada pelo Grave Paradoxo Legislativo. Inutilidade do Instituto no Regime Atual	157
7.4. Apenas por Argumentar: Valor, Reforço, Dispensa, Destinação, Cassação, Quebramento e Perda da Fiança	159

7.5. Crimes Inafiançáveis e Situações de Inafiançabilidade. Irrelevância. Ausência de Prisão Cautelar Obrigatória. Concessão de Liberdade Provisória sem Fiança	160
7.6. Ilegalidade da Vedação à Concessão de Liberdade Provisória. Possibilidade em Crimes Hediondos e Equiparados. Nova Lei de Tóxicos, Estatuto do Desarmamento e Lei nº 9.613 (Lavagem de Dinheiro)	162
8. De Olho nas Reformas Processuais: Breves Comentários Acerca do Projeto de Lei nº 4.208-C	165
9. Anexo do Capítulo: Projeto de Lei nº 4.208-C. Prisão Processual, Liberdade Provisória e Demais Medidas Cautelares Projeto de Lei nº 4.208-C, de 2001... ..	172
Capítulo III - Das Medidas Assecuratórias (Ou das Medidas Cautelares Reais)..	179
1. Explicações Iniciais	179
2. Do Sequestro de Bens Imóveis e Móveis	181
2.1. Requisito. Legitimidade. Procedimento. Embargos do Imputado e de Terceiro	181
2.2. Distinção entre Sequestro de Bens Móveis e a Busca e Apreensão. A Confusa Redação do Art. 132 do CPP	187
3. Hipoteca Legal e Arresto Prévio de Imóveis. Bens de Origem Lícita	188
4. Arresto de Bens Móveis. Origem Lícita. Art. 137 do CPP	190
5. Medidas Cautelares Reais: Demonstração da Necessidade e da Proporcionalidade. Problemática Não Enfrentada	191
Capítulo IV - Morfologia dos Procedimentos	195
1. Introdução: Sumária (Re)Cognição da Santa Trindade do Direito Processual Penal	195
2. Tentando Encontrar uma Ordem no Caos	197
3. Análise da Morfologia dos Principais Procedimentos	200
3.1. Rito Ordinário	200
3.1.1. Considerações Gerais. Morfologia. Quando Ocorre o Recebimento da Acusação? (Ou a Mesóclise da Discórdia...)	200
3.2. Rito Sumário	208
3.3. Rito Especial: Crimes Praticados por Servidores Públicos Contra a Administração em Geral	209
3.4. Rito Especial: Crimes Contra a Honra	212
3.5. Rito Especial da Lei de Tóxicos (Lei nº 11.343/06)	215
3.6. Os Juizados Especiais Criminais (JECrim) e o Rito Sumaríssimo da Lei nº 9.099	220
3.6.1. Competência dos Juizados Especiais Criminais Estaduais e Federais..	220
3.6.2. Limite de Pena e Competência do JECrim. Causas de Aumento e de Diminuição de Pena. Concurso de Crimes: Material, Formal e Continuado	222
3.6.3. Composição dos Danos Cíveis e suas Consequências	224
3.6.4. Transação Penal	226
3.6.4.1. E se o Ministério Público Não Oferecer a Transação Penal?	230
3.6.4.2. Cabimento da Transação Penal em Ação Penal de Iniciativa Privada ...	232
3.6.4.3. Descumprimento da Transação Penal	233
3.6.5. Suspensão Condicional do Processo	234



3.6.5.1. Considerações Introdutórias sobre a Suspensão Condicional do Processo	234
3.6.5.2. Alcance e Aplicação da Suspensão Condicional do Processo. Cabimento em Crimes de Ação Penal de Iniciativa Privada. Requisitos. Momento de Oferecimento	237
3.6.5.3. Suspensão Condicional do Processo e a Desclassificação do Delito: Aplicando a Súmula nº 337 do STJ.....	242
3.6.5.4. O Período de Provas e o Cumprimento das Condições. Causas de Revogação da Suspensão Condicional do Processo	244
3.6.5.5. Procedimento no Juizado Especial Criminal.....	248
3.6.5.5.1. Fase Preliminar. Alteração da Competência Quando o Acusado Não é Encontrado. Demais Atos	248
3.6.5.5.2. Rito Sumariíssimo	251
3.6.5.5.3. Recursos e Execução.....	252
3.7. Crítica ao Sistema de Justiça Negociada.....	253
3.8. Rito dos Crimes da Competência do Tribunal do Júri.....	261
3.8.1. Competência e Morfologia do Procedimento.....	261
3.8.2. O Procedimento Bifásico. Análise dos Atos	262
3.8.2.1. Primeira Fase: Atos da Instrução Preliminar.....	263
3.8.2.1.1. Decisão de Pronúncia. Excesso de Linguagem. O Problemático <i>InDubio Pro Societate</i> . Princípio da Correlação. Crime Conexo. Prisão Cautelar. Intimação da Pronúncia.....	267
3.8.2.1.2. Decisão de Impronúncia. Problemática Situação de Incerteza...	276
3.8.2.1.3. Absolvição Sumária (Própria e Imprópria).....	279
3.8.2.1.4. Desclassificação na Primeira Fase (Própria e Imprópria) e em Plenário	282
3.8.2.2. Segunda Fase: Da Preparação do Processo para Julgamento em Plenário. Relatório. Crítica a que “Qualquer Juiz” Presida o Feito. Alistamento dos Jurados	285
3.8.2.2.1. Do Desaforamento e Reaforamento. Dilação Indevida e (De)Mora Jurisdicional. Pedido de Imediata Realização do Julgamento.....	288
3.8.2.2.2. Obrigatoriedade da Função de Jurado. Isenção. Alegação de Impedimento. Recusa de Participar e Ausência na Sessão. Serviço Alternativo. Problemática	293
3.8.2.2.3. A Sessão do Tribunal do Júri. Constituição do Conselho de Sentença. Direito de Não Comparecer. Recusas e Cisão. Instrução em Plenário. Leitura de Peças e Proibições. Uso de Algemas. Debates	295
3.8.2.2.4. Juntada de Documentos para Utilização em Plenário. Antecedência Mínima. O Problema das Manobras e Surpresas	302
3.8.2.2.5. Considerações Sobre os Quesitos. Teses Defensivas. Desclassificação Própria e Imprópria.....	304
3.8.2.2.6. Da Sentença Condenatória e Absolutória. Problemas em Tor no dos Efeitos Cíveis. A Prisão Preventiva.....	312
3.9. Crítica ao Tribunal do Júri: da Falta de Fundamentação das Decisões à Negação da Jurisdição	319

3.10. Uma Alternativa Interdisciplinar ao Tribunal do Júri: O Escabinato	327
Capítulo V - Decisões Judiciais e sua (Necessária) Motivação. Superando o Paradigma Cartesiano. Princípio da Correlação (Congruência). Coisa Julgada ...	331
1. <i>Dikelogía</i> : La Ciencia de la Justicia.....	331
2. Controle da Racionalidade das Decisões e Legitimação do Poder.....	333
2.1. Invalidez Substancial da Norma: Quando o Juiz se Põe a Pensar e Sentir...	337
2.2. A Superação do Dogma da Completude Jurídica. Quem nos Protege da Bondade dos Bons?	339
2.3. À Guisa de Conclusões Provisórias: Rompendo o Paradigma Cartesiano e Assumindo a Subjetividade no Ato de Julgar, Mas Sem Cair no Decisio nismo.....	341
3. Decisão Penal: Análise dos Aspectos Formais.....	350
3.1. Estrutura Externa da Sentença. A Sentença Condenatória.....	352
3.2. Pode(ria) o Juiz Condenar Quando o Ministério Público Requerer a Absol vição? O Eterno Retorno ao Estudo do Objeto do Processo Penal e a Neces sária Conformidade Constitucional. A Violação da Regra da Correlação..	356
4. Princípio da Congruência (ou Correlação) na Sentença Penal.....	358
4.1. A Imutabilidade da Pretensão Acusatória. Recordando o Objeto do Processo Penal	358
4.2. Princípio da Correlação ou Congruência: Princípios Informadores. A Im portância do Contraditório e do Sistema Acusatório.....	360
4.3. A Complexa Problemática da <i>Emendatio Libelli</i> – Art. 383 do CPP. Para Além do Insuportável Reduccionismo do Axioma Narra Mihi Factum, Dabo Tibi Ius. Rompendo os Grilhões Axiomáticos.....	362
4.4. É Possível Aplicar o Art. 383 Quando do Recebimento da Denúncia?	371
4.5. <i>Mutatio Libelli</i> – Art. 384 do CPP. O Problema da Definição Jurídica Mais Favorável ao Réu e a Ausência de Aditamento.....	372
4.6. Mutações: de Crime Doloso Para Culposo; Tentado para Consumado; Autor para Partícipe e Vice-Versa. Necessidade de <i>Mutatio Libelli</i>	377
4.7. As Sentenças Incongruentes. As Classes de Incongruência. Nulidade	381
5. Coisa Julgada Formal e Material	383
5.1. Limites Objetivos e Subjetivos da Coisa Julgada.....	386
5.2. Algumas Questões em Torno da Abrangência dos Limites da Coisa Julgada. Circunstâncias e Elementares não Contidas na Denúncia. O Problema do Concurso de Crimes. Concurso Formal, Material e Crime Continuado. Crime Habitual. Consumação Posterior do Crime Tentado	387
Capítulo VI - Atos Processuais Defeituosos e a Crise da Teoria das Invalidades (Nulidades). A Forma como Garantia	393
1. Introdução. Meras Irregularidades e Atos Inexistentes	393
2. Nulidades Absolutas e Relativas. Construção dos Conceitos a Partir do Senso Comum Teórico e Jurisprudencial.....	396
2.1. Nulidades Absolutas. Definição.....	396
2.2. Nulidades Relativas. Definição(?).....	397
2.3. A Superação da Estrutura Legal Vigente. Nulidades Cominadas e Não Cominadas. Arts. 564, 566 e 571 do CPP.....	397

2.4. Teoria do Prejuízo e Finalidade do Ato. Cláusulas Genéricas. Manipulação Discursiva. Crítica	399
3. Análise a Partir das Categorias Jurídicas Próprias do Processo Penal e da Necessária Eficácia do Sistema de Garantias da Constituição.....	402
3.1. Crítica à Classificação em Nulidades Absolutas e Relativas.....	402
3.2. A Serviço de Quem Está o Sistema de Garantias da Constituição? A Tipicidade do Ato Processual. A Forma como Garantia. Convalidação (?). Nulidade Não é Sanção	404
3.3. (Re)Pensando Categorias a Partir dos Conceitos de Ato Defeituoso Sanável ou Insanável. Sistema de Garantias Constitucionais. Quando o Feito com Defeito tem de ser Refeito	409
3.4. Princípio da Contaminação. Defeito por Derivação. A Indevida Redução da Complexidade. Arts. 573 e 567 do CPP.....	413
3.5. Atos Defeituosos no Inquérito Policial. Novamente a Excessiva Redução de Complexidade a Serviço da Cultura Inquisitória.....	415
3.6. Para Facilitar a Compreensão das Categorias: Rápidos Exemplos do Tratamento dos Atos Defeituosos. Súmulas do STJ e do STF Pertinentes ..	419
Capítulo VII - Teoria dos Recursos no Processo Penal (ou as Regras para o Juízo sobre o Juízo)	425
1. Introdução. Fundamentos, Conceitos e Natureza Jurídica.....	425
2. O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição: Direito Fundamental? (In)Aplicabilidade nos Casos de Competência Originária dos Tribunais	429
3. Classificando os Recursos: Ordinários e Extraordinários; Totais e Parciais; Fundamentação Livre ou Vinculada; Verticais e Horizontais; Voluntários e Obrigatórios. Crítica ao Recurso 'de Ofício'	432
4. Efeitos Devolutivo e Suspensivo. Conceitos e Crítica. Inadequação de Categorias Diante dos Valores em Jogo no Processo Penal	437
5. Princípios do Processo Penal e sua Incidência na Fase Recursal	439
5.1. Princípio da Jurisdicionalidade e Sistema Recursal	440
5.2. Princípio Acusatório e Sistema Recursal	441
5.3. Presunção de Inocência e Sistema Recursal	441
5.4. Contraditório e Direito de Defesa no Sistema Recursal	442
5.5. Motivação das Decisões Judiciais e Sistema Recursal.....	442
6. Regras Específicas do Sistema Recursal	445
6.1. Fungibilidade.....	445
6.2. Unirrecorribilidade	447
6.3. Motivação dos Recursos	447
6.4. Proibição da Reformatio in Pejus e a Permissão da Reformatio in Mellius. Problemática em Relação aos Julgamentos Proferidos pelo Tribunal do Júri ..	448
6.5. <i>Tantum Devolutum Quantum Appellatum</i>	451
6.6. Irrecorribilidade dos Despachos de Mero Expediente e das Decisões Interlocutórias (Simples).....	452
6.7. Complementaridade Recursal.....	454
6.8. (In)Disponibilidade dos Recursos.....	455
6.9. Extensão Subjetiva dos Efeitos dos Recursos	456
7. Interposição. Tempestividade. Preparo na Ação Penal de Iniciativa Privada. Deserção	457

8. Requisitos Objetivos e Subjetivos dos Recursos. Crítica à Transposição das Condições da Ação e Pressupostos Processuais.....	464
9. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito	471
10. Para Refletir: O (Des)Cabimento da Intervenção do Ministério Público em Segundo Grau	473
Capítulo VIII - Dos Recursos no Processo Penal: Espécies.....	477
1. Do Recurso em Sentido Estrito	477
1.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos do Recurso em Sentido Estrito	477
1.1.1. Requisitos Objetivos: Cabimento, Adequação, Tempestividade e Preparo	477
1.1.1.1. Cabimento e Adequação	477
1.1.1.2. Tempestividade e Preparo	487
1.1.2. Requisitos Subjetivos: Legitimação e Gravame	489
1.2. Efeitos do Recurso em Sentido Estrito	489
1.3. Aspectos Relevantes do Procedimento. Efeitos	490
2. Do Recurso de Apelação.....	493
2.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos da Apelação.....	494
2.1.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos	494
2.1.1.1. Cabimento e Adequação	494
2.1.1.2. Tempestividade. Legitimidade. Gravame. Preparo. Processamento da Apelação	510
2.2. Efeitos Devolutivo e Suspensivo. O Direito de Apelar em Liberdade	516
3. Embargos Infringentes e Embargos de Nulidade.....	520
3.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos.....	521
3.2. O Problema da Divergência Parcial. Interposição Simultânea do Recurso Especial e Extraordinário?	524
3.3. Efeitos Devolutivo e Suspensivo	528
4. Embargos Declaratórios.....	529
4.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos.....	531
4.2. Efeitos Devolutivo, Suspensivo e Modificativo (Infringentes)	533
5. Do Agravo em Execução Penal	536
5.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos.....	539
5.2. Aspectos Procedimentais. Formação do Instrumento e Efeito Regressivo.	540
5.3. Efeito Devolutivo e Suspensivo.....	542
6. Da Carta Testemunhável	542
7. Dos Recursos Especial e Extraordinário.....	544
7.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos.....	546
7.1.1. Cabimento e Adequação no Recurso Especial.....	546
7.1.2. Cabimento e Adequação no Recurso Extraordinário	551
7.1.3. Demais Requisitos Recursais: Tempestividade, Preparo, Legitimidade e Interesse Recursal (Gravame).....	558
7.2. A Exigência do Pré-questionamento.....	561
7.3. A Demonstração da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário. Reprodução em Múltiplos Feitos.....	563
7.4. Efeito Devolutivo e Suspensivo. Um Reducionismo a Ser Superado: Prisão Automática nos Recursos Especial e Extraordinário por Ausência de 'Efeito Suspensivo'?	568



7.5. O Agravo de Instrumento para Impugnar a Decisão que Inadmitiu os Recursos Especial e Extraordinário	574
7.6. Quadro Esquemático dos Recursos Especial e Extraordinário.....	577
7.7. Principais Súmulas do STJ e STF sobre os Recursos Especial e Extraordinário	578
8. De Olho nas Reformas Processuais II: Breves Comentários Acerca do Projeto de Lei nº 4.206/01	580
9. Anexo do Capítulo: Projeto de Lei nº 4.206/01. Recursos e Ações de Impugnação..	588
Capítulo IX - Ações de Impugnação: Revisão Criminal. Habeas Corpus. Mandado de Segurança	597
1. Revisão Criminal	597
1.1. Cabimento. Análise do art. 621 do CPP	598
1.2. Prazo. Legitimidade. Procedimento	604
1.3. Limites da Decisão Proferida na Revisão Criminal. Da Indenização	608
2. <i>Habeas Corpus</i>	610
2.1. Uma (Re)Leitura Histórica do <i>Habeas Corpus</i> : Os Antecedentes do Direito Aragonês.....	610
2.2. Antecedentes Históricos no Brasil e Considerações Iniciais.....	614
2.3. Natureza Jurídica	615
2.4. Objeto	616
2.5. Cabimento – Análise dos arts. 647 e 648 do CPP. <i>Habeas Corpus</i> Preventivo e Liberatório	617
2.5.3. <i>Habeas Corpus</i> Preventivo.....	626
2.6. Competência. Legitimidade. Procedimento.....	629
2.7. Recurso Ordinário Constitucional em <i>Habeas Corpus</i>	638
2.8. Súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o <i>Habeas Corpus</i>	641
3. Mandado de Segurança em Matéria Penal	642
3.1. Considerações Prévias.....	642
3.2. Natureza Jurídica	643
3.3. Objeto e Cabimento. Direito Líquido e Certo	645
3.4. Legitimidade Ativa e Passiva. Competência	648
3.5. Breves Considerações sobre o Procedimento.....	649
Bibliografia.....	653